

LEI Nº 133

DE, 10 DE SETEMBRO DE 1.987.

"DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E ANISTIA  
DOS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA'  
MUNICIPAL CORRESPONDENTE AO ANO DE  
1.982 A 1.986 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A ÉGRÉGIA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE APRO-  
VOU E, O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Os débitos para com a fazenda municipal poderão  
ser pagos, excepcionalmente mediante prestações mensais sucessivos a  
crescidos dos encargos legais, desde que, por despacho expresso e  
parceladamente, seja previamente autorizado pelo:

I - Prefeito Municipal em qualquer caso:

II - Procurador Jurídico antes e depois da inscrição de  
débito como dívida ativa da municipalidade.

§ 1º - A competência fixada neste artigo poderá ser dele-  
gada, nos casos do item II supra ao Procurador a quem fôr cometido'  
o encargo de dirigir a executoriedade judicial de dívida ativa.

§ 2º - Nenhuma outra autoridade que não a mencionada nes-  
te artigo, poderá autorizar parcelamento do débito.

§ 3º - O requerimento do devedor solicitando o parcela-  
mento na via judicial ou administrativa, importará confissão irre-  
tratável da dívida e somente nesta condição será recolhido.

Di

LEI Nº 133

DE, 10 DE SETEMBRO DE 1.987. EL.02

§ 4º - No caso de parcelamento do débito ajuizado, o deve  
dor pagará, também, as custas, honorários advocatícios e demais  
encargos legais.

§ 5º - O atraso no pagamento de qualquer prestação acar-  
retará o vencimento automático dos demais.

§ 6º - Somente depois de integralmente pago o débito par-  
celado poderá o contribuinte postular outro parcelamento.

§ 7º - Nenhuma dívida será desdobrada em mais de 20 (vin-  
te) parcelas.

Art. 2º - Quando se tratar de obrigação resultante de Au-  
to de Infração que tenha ou não dado causa a processo contencio-  
so administrativo, fluído o prazo para o recolhimento do débito  
resultante será o procedimento encaminhada à Procuradoria Munici  
pal, que o examinará pelo ângulo formal, antes de autorizar a  
inscrição da dívida.

§ Único: Nos demais caso, será remetido à Procuradoria Mu  
nicipal, nas épocas próprias, antes da inscrição da dívida, rela-  
ção autenticada dos contribuintes faltosos, seus domicílios a  
origem e o montante do crédito, a fim de viabilizar composição  
amigável com o devedor.

Art. 3º - Ficam anistiados, à partir da publicação desta  
Lei, os débitos inscritos em dívida ativa municipal no valor ori-  
ginário de cz\$100,00 (cem cruzados), arquivando-se os processos  
administrativos e os executivos fiscais correspondente ao perío-  
do de 1.982 a 1.986, desde que pagos às custas pelo interessado.



LEI Nº 133

DE, 10 DE SETEMBRO DE 1.987 FL.03

§ 1º - Os executivos de que trata este artigo, serão arquivados mediante despacho de autoridade judicial, ciente o representante da municipalidade em juízo.

§ 2º - Entende-se por valor originário o que corresponder ao total do débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária e dos demais acréscimos previstos.

Art. 4º - A parcela de honorários a que fica sujeito o executado, pertencerão ao Procurador assistente do feito.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas às disposições em contrário. *Q*

registra-se

Publica-se

Cumpra-se. *Q*

C

*Q*  
EXPEDITO RAFAEL GOES DE SIQUEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE
OURO PRETO DO OESTE
SEÇÃO DE PROTOCOLO
RECEBIDO EM: 16 / 09 / 87
HORAS: 12:45
<i>Q</i>
CHEFE

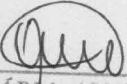
PROTÓCOLO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PERMANENTES  
PROTÓCOLO  
LEI Nº 133/87  
RESOLUÇÃO Nº  
DE LEGISLATIVO Nº  
DATA 10 / 09 / 87 Pgs. 03

AO DEPARTAMENTO DAS COMISSÕES

SEGUE O PRESENTE PROCESSO PARA PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS.

SEÇÃO DE PROTOCOLO:

16  
09  
87

  
JUVENÁRIA ALMEIDA DE SOUZA  
Chefe da Seção de Protocolo  
Portaria Nº 021 / GP / CMOP / RO/85